

**HABEAS CORPUS Nº 567.841 - SC (2020/0072452-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : LUIS HENRIQUE PILLE  
**ADVOGADO** : LUÍS HENRIQUE PILLE - SC011203  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : MÁRCIO LUÍS MARIOTTI  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MÁRCIO LUÍS MARIOTTI, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, proferido no julgamento da Apelação Criminal n. 0001654-73.2010.8.24.0019.

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeiro grau à pena de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão, e ao pagamento de 75 (setenta e cinco) dias-multa, como incurso no art. 12, caput, da Lei n. 6.368/76 (tráfico de entorpecentes)

Irresignada, a defesa apelou perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (fl. 60):

*APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES, ART. 12, CAPUT, LEI N. 6.368/76. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. PLEITO DE NULIDADE POR TRANSGRESSÃO AO PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ; ABSOLVIÇÃO POR FRAGIBILIDADE DAS PROVAS; ADEQUAÇÃO DA PENA BASE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. AUSÊNCIA DE NULIDADE DE ATO PROCESSUAL, EM RAZÃO DA NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO IN CONCRETO. IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO, DEPOIMENTOS DE SERVIDORES POLICIAIS EM HARMONIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS PROBANTES, INEXISTÊNCIA DE FATO QUE MACULE OS RELATOS COLHIDOS JUDICIALMENTE. DISPENSABILIDADE DE REPARO NA DOSIMETRIA DA PENA, FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA JUSTIFICAR O AUMENTO ACIMA DO USUAL.*

No presente *mandamus*, reitera o impetrante, em síntese, as alegações de nulidade por violação ao princípio da identidade física do Juiz.

# Superior Tribunal de Justiça

Requer, em sede liminar, a suspensão dos efeitos da sentença condenatória e, no mérito, que "*seja reconhecida a nulidade da sentença, proferida em violação ao princípio da identidade física do juiz, retornando os autos para que outra seja proferida*" (fl. 10).

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Devidamente instruído, dispenso a requisição de informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator